

O Jornal Escolar no Programa Mais Educação: adesão das escolas em 2013¹

Daniéli Hartmann ANTONELLO²
Universidade Federal de Santa Maria, RS

Resumo

Este artigo aborda o Macrocampo Comunicação e Uso de Mídias do Programa Federal Mais Educação. Interessa-nos aqui identificar os dados referentes à última edição do programa - 2013, na atividade Jornal Escolar. Excepcionalmente, até o momento as atividades referentes a 2014 não estão ocorrendo devido à prorrogação dos prazos pelo Ministério da Educação para que mais escolas possam aderir. A expectativa do MEC é alcançar a adesão de mais de 60 mil escolas.

Palavras-chave: mais educação; comunicação e uso de mídias; jornal escolar.

Mais Educação

Criado em 2007 pela Portaria Interministerial n. 17/2007, o Programa Mais Educação (PME) é uma ação estratégica do Governo Federal para induzir a efetivação da Educação Integral (EI) como política pública e, por meio do repasse voluntário de recursos³, possibilita a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas no ambiente escolar.

A proposta de ampliação da jornada escolar no PME considera que as atividades curriculares e extracurriculares sejam partes de um único processo e com objetivo comum: a formação plena do educando. Neste caso, a EI é muito mais do que aumentar o número de horas das crianças na escola. Propõe a formação mais completa possível do indivíduo, integralizando os aspectos cognitivos e emocionais, além de considerar as particularidades das questões sociais do Brasil e alimentar-se de parcerias entre os ministérios e outras instâncias do Governo Federal. Envolve também requisitos que, de forma geral, não são contemplados em uma visão tradicional conteudista da educação e do espaço escolar, tais como o desenvolvimento de habilidades específicas, o diálogo entre os conhecimentos

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Educação, XIV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora Substituta do Departamento de Ciências da Comunicação UFSM-FW, e-mail: daniantonello@hotmail.com

³ A operacionalização do Mais Educação é feita por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

escolares e comunitários, a proteção e a garantia básica dos direitos de crianças e jovens, além da preocupação da saúde pública, segurança, habitação, saneamento, entre outros temas.

Precisamos de ambientes em que o conhecimento já sistematizado não seja tratado de forma dogmática e esvaziado de significado. Precisamos de ambientes em que as pessoas possam dialogar, duvidar, discutir, questionar e compartilhar saberes. Lugares em que as pessoas tenham autonomia, possam pensar, refletir sobre seu próprio processo de construção de conhecimento e ter acesso a novas informações. Onde haja espaço para as diferenças, para as contradições, para o erro, para a criatividade, para a colaboração e para as transformações (VIGOTSKY apud MUSSAK, 2007, p.01).

Para atingir essas metas e contribuir com o processo de implantação da política de Educação Integral, o Mais Educação, propõe que as escolas participantes disponibilizem oficinas educativas oferecidas no contraturno escolar e em diversas áreas temáticas pelos macrocampos do programa, que desde a edição de 2012 dividem-se em atividades fomentadas para as escolas da área urbana e do campo.

Tomaremos como base para a pesquisa o modelo vigente do Manual Operacional de Educação Integral - edição 2014. Porém, os dados são de 2013, levando em conta que os de 2014 dizem respeito a um processo em andamento.

Critérios para adesão

Anualmente o Ministério da Educação define alguns critérios que devem ser atendidos pelos municípios e também pelas escolas. Eles dividem-se unidades escolares urbanas e do campo. Para as instituições urbanas os critérios⁴, precisam atender:

- a) Escolas contempladas com PDDE/Educação Integral nos anos anteriores;
- b) Escolas estaduais, municipais e/ou distrital que foram contempladas com o PDE/Escola e que possuam o IDEB abaixo ou igual a 3,5 nos anos iniciais e/ou finais, IDEB anos iniciais < 4.6 e IDEB anos finais < 3.9, totalizando 23.833 novas escolas;
- c) Escolas localizadas em todos os municípios do País;
- d) Escolas com índices igual ou superior a 50% de estudantes participantes do Programa Bolsa Família.

⁴ Manual Operacional de Educação Integral 2014.

Já as escolas do campo, os critérios de elegibilidade são específicos:

- a) Municípios com 15% ou mais da população “não alfabetizados”;
- b) Municípios que apresentam 25% ou mais de pobreza rural;
- c) Municípios com 30% da população “rural”;
- d) Municípios com assentamento de 100 famílias ou mais;
- e) Municípios com escolas quilombolas e indígenas.

Caso cumpram esses critérios, as escolas poderão aderir ao programa. Para isso, caberá às secretarias estaduais, municipais ou distrital de educação disponibilizar um professor vinculado à escola, com dedicação de no mínimo vinte e preferencialmente quarenta horas semanais, denominado "Professor Comunitário", que será o responsável pelo acompanhamento pedagógico e administrativo do programa e, também, nomear o técnico das secretarias estaduais, municipais e distrital de educação, responsável pela coordenação do Programa Mais Educação no âmbito das respectivas secretarias de educação, que integrará o Comitê do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Além disso, recomenda às escolas que estabeleçam critérios para a jornada escolar na perspectiva da educação integral, selecionando, preferencialmente, para a participação no programa:

- a) Estudantes que apresentam defasagem idade/ano;
- b) Estudantes das séries finais da 1ª fase do ensino fundamental (4º e/ou 5º anos), onde existe maior saída espontânea de estudantes na transição para a 2ª fase;
- c) Estudantes das séries finais da 2ª fase do ensino fundamental (8º e/ou 9º anos), onde existe um alto índice de abandono após a conclusão;
- d) Estudantes de anos/séries onde são detectados índices de evasão e/ou repetência;
- e) Estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família.

O Manual Operacional de Educação Integral 2014 do Programa Mais Educação aconselha que os planos de trabalhos devam ser definidos de acordo com “o projeto político pedagógico das unidades escolares e desenvolvidos, por meio de atividades, dentro e fora do ambiente escolar, ampliando tempo, espaço e oportunidades educativas, na perspectiva da educação integral do estudante”, ou seja, é fundamental que a escola estabeleça relações entre as atividades do Programa Mais Educação e suas atividades curriculares.

Macrocampos e Atividades

Atualmente as atividades fomentadas são organizadas nos respectivos macrocampos:

Escolas Urbanas

- **Acompanhamento Pedagógico - (obrigatório):** Orientação de Estudos e Leitura.

- **Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnológica:** Ambiente de Redes Sociais, Fotografia, História em Quadrinhos, Jornal Escolar, Rádio Escolar, Vídeo, Robótica Educacional e Tecnologias Educacionais.

- **Cultura, Artes e Educação Patrimonial:** Artesanato Popular, Banda, Canto Coral, Capoeira, Cineclube, Danças, Desenho, Educação Patrimonial, Escultura/Cerâmica, Grafite, Hip Hop, Iniciação Musical de Instrumentos de Cordas, Iniciação Musical por meio da Flauta Doce, Leitura e Produção Textual, Leitura: Organização de Clubes de Leitura, Mosaico, Percussão, Pintura, Práticas Circenses, Sala Temática para o Estudo de Línguas Estrangeiras e Teatro.

- **Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária e Criativa/Educação Econômica (Educação Financeira e Fiscal):** Horta Escolar e/ou Comunitária, Jardinagem Escolar e Economia Solidária e Criativa / Educação Econômica (Educação Financeira e Fiscal)

- **Esporte e Lazer:** Atletismo, Badminton, Basquete de Rua, Basquete, Corrida de Orientação, Esporte da Escola/Atletismo e Múltiplas Vivências Esportivas (basquete, futebol, futsal, handebol, voleibol e xadrez), Futebol, Futsal, Ginástica Rítmica, Handebol, Judô, Karatê, Luta Olímpica, Natação, Recreação e Lazer/Brinquedoteca, Taekwondo, Tênis de Campo, Tênis de Mesa, Voleibol, Vôlei de Praia, Xadrez Tradicional, Xadrez Virtual e Yoda/Meditação.

- **Educação em Direitos Humanos:** Educação em Direitos Humanos.

- **Promoção da Saúde:** Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças e Agravos à Saúde.

Escolas do Campo

- **Acompanhamento Pedagógico – (obrigatório):** Ciências Humanas, Ciências e Saúde, Etnolinguagem, Leitura e Produção Textual e Matemática.

- **Agroecologia:** Canteiros Sustentáveis, COM-VIDA – Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida, Conservação do Solo e Composteira (ou Minhocário), Cuidado com Animais e Uso Eficiente de Água e Energia.

- **Iniciação Científica**

- **Educação em Direitos Humanos:** Arte audiovisual e corporal, Arte corporal e som, Arte corporal e jogos, Arte gráfica e literatura e • Arte gráfica e mídias.

- **Cultura, Artes e Educação Patrimonial:** Brinquedos e Artesanato Regional, Canto Coral, Capoeira, Cineclube, Contos, Dança, Desenho, Escultura/Cerâmica, Etnojogos, Literatura de Cordel, Mosaico, Música, Percussão, Pintura, Práticas Circenses e Teatro.

- **Esporte e Lazer:** Atletismo, Basquete, Futebol, Futsal, Handebol, Tênis de Mesa, Voleibol, Xadrez Tradicional, Esporte na Escola/Atletismo e Múltiplas Vivências Esportivas, Ciclismo, Corrida de Orientação, Etnojogos, Judô, Recreação e Lazer/Brinquedoteca.

- **Memória e História das Comunidades Tradicionais:** Brinquedos e Artesanato Regional, Canto Coral, Capoeira, Cineclube, Contos, Danças, Desenho, Escultura/Cerâmica, Etnojogos, Literatura de Cordel, Mosaico, Percussão, Pintura, Práticas Circenses e Teatro.

A distribuição das atividades dos macrocampos se interligam com as quatro áreas de conhecimento constantes no currículo da base nacional comum – Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Desta forma, na ampliação do tempo escolar na perspectiva da educação integral busca-se expandir o horizonte formativo do estudante e estimular o desenvolvimento cognitivo, estético, ético e histórico, propondo uma metodologia participativa, que valorize as experiências do grupo e, ao mesmo tempo, multiplique as possibilidades da contribuição.

Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnológica

O presente macrocampo é objeto deste trabalho. Como vimos anteriormente, são inúmeras as atividades que podem ser desenvolvidas no ambiente educativo. Entre elas, o Jornal Escolar. O Manual Operacional de Educação Integral – edição 2014 define da seguinte forma a respectiva atividade:

- **Jornal Escolar:** Utilização de Recursos de mídia impressa no desenvolvimento de projetos educativos dentro de espaços escolares. Exercício da inteligência comunicativa compartilhada com outras escolas e comunidades objetivando a promoção de uma cultura de respeito aos direitos e liberdades fundamentais, da prática democrática e solidária por meio de atividades que valorizem o respeito às diferenças, valorize a diversidade étnico-racial, cultural, geracional, territorial, corporal, de gênero e diversidade sexual, de nacionalidade. Construção de propostas de cidadania engajando os estudantes em experiências de aprendizagens significativas.

Para a efetivação da atividade, o PME disponibiliza kits – materiais que compõem tal macrocampo, conforme descrito abaixo:

JORNAL ESCOLAR				
Qtde.	Material	Valor Unit. custeio	Valor Unit. capital	Valor total
100	CD regravável	R\$ 4,00	-	R\$ 400,00
1	Câmera digital	-	R\$ 400,00	R\$ 400,00
30 (mil)	Papel para impressora A4 ou serviço de impressão	R\$ 15,00	-	R\$ 450,00
20	Cartucho para impressora ou serviço de impressão	R\$ 90,00	-	R\$ 1.800,00
10	Assinatura de jornal, revistas e periódicos	R\$ 126,00	-	R\$ 1.260,00
Valor custeio - R\$5.170,00 e valor capital - R\$ 400,00 Valor estimado do kit - R\$5.570,00				

Fonte: Próspero, Daniele - 2013.

O Jornal Escolar está presente nas atividades do Programa Mais Educação desde sua concepção em 2008. Os dados atuais – referentes à edição 2013 – mostram que entre as atividades listadas abaixo, o Jornal Escolar detêm 35% no âmbito das atividades escolhidas pelas escolas brasileiras.

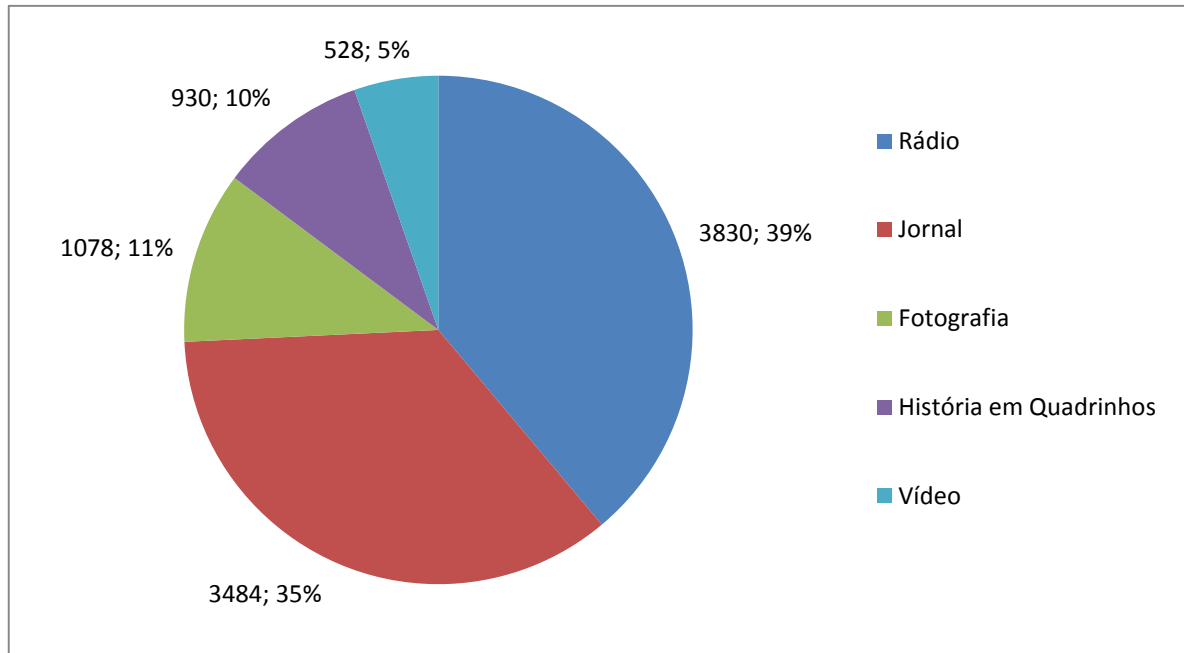


Figura 1 - Dados referentes às atividades do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias X quantidade de escolas em 2013.

Em relação aos estados brasileiros, o Jornal Escolar lidera em Minas Gerais com a participação de 435 escolas. Em segundo lugar, São Paulo, com atividades desenvolvidas por 410 instituições e, em terceiro, Rio de Janeiro com a participação de 289 escolas.

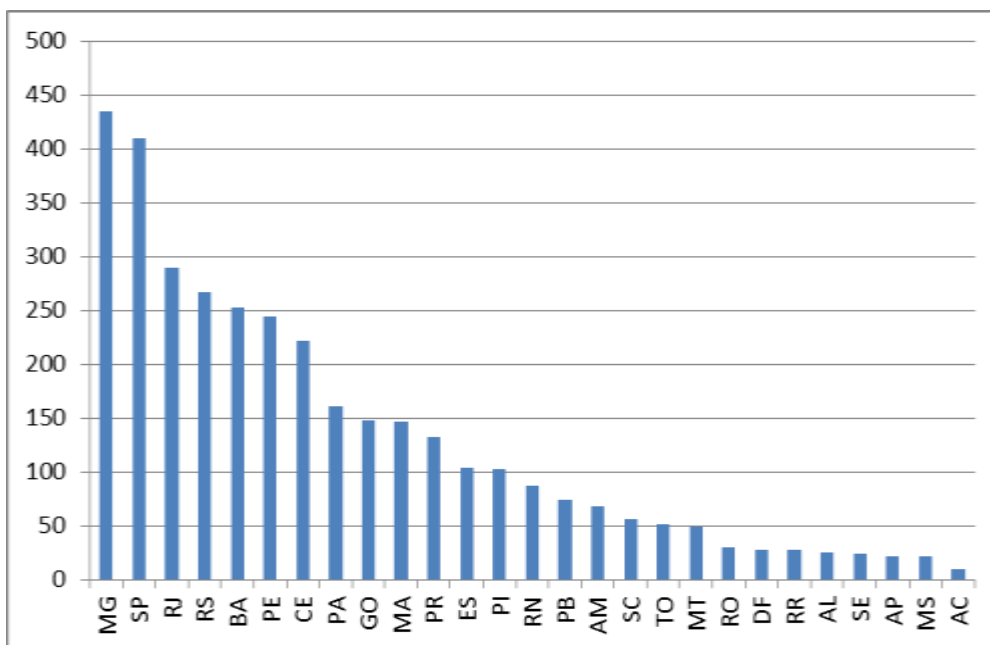


Figura 2 – Dados referentes aos estados brasileiros no macrocampo Comunicação e Uso de Mídias.

Para a edição de 2014 do Programa Mais Educação, o MEC vem estendendo o prazo para as escolas se cadastrarem por extenso período. Inicialmente, o prazo era 30 de abril, prorrogado para 30 de Junho e atualmente 04 de agosto. Acredita-se, pela dificuldade do acesso as informações juntamente com o MEC, que até então nenhuma atividade dos macrocampos esteja sendo executada no contraturno escolar. Sendo assim, após o último prazo, as possíveis atividades do ano serão desenvolvidas em torno de no máximo cinco meses.

Jornal Escolar

O Jornal Escolar já é tradição nas instituições de ensino, antes mesmo da criação do Programa Mais Educação. Introduzida nas primeiras décadas do século XX no ambiente escolar pelo francês *Célestin Freinet*, tinha como método textos livres, “a observação e experimentação através da própria vida, a expressão, sob todas as suas formas, literária, científica, artística” (FREINET, 1974, p. 22).

Conceito este que vem ao encontro dos propósitos da Educomunicação, área de pesquisa na interface Comunicação e Educação:

A comunicação essencialmente dialógica e participativa, no espaço do ecossistema comunicativo escolar, mediada pela gestão compartilhada (professor/aluno/comunidade escolar) dos recursos e processos da informação, contribui essencialmente para a prática educativa, cuja especificidade é o aumento imediato do grau de motivação por parte dos estudantes, e para o adequado relacionamento no convívio professor/aluno, maximizando as possibilidades de aprendizagem, de tomada de consciência e de mobilização para a ação (Soares, 2011, p.17).

Sendo assim, a ação dos envolvidos neste processo é o objetivo esperado. Mais do que o produto final (o jornal impresso ou versão *online*). Entende-se que a ação é fruto das relações de construção e formas de conhecimento do saber. É através da ação que o indivíduo cresce e torna-se sujeito de si mesmo, capaz de novas leituras e interpretações das mensagens midiáticas e de novas atitudes como sujeito participativo. Afinal, não se forma cidadão sem participação. E assim, a ação torna-se o resultado mais desejado.

Outras instituições também ajudaram na inserção do Jornal Escolar no ambiente escolar. A Organização Não Governamental Comunicação e Cultura fundou em 1995 o Portal do Jornal Escolar, com o objetivo de disseminar e qualificar a atividade como instrumento de uma proposta pedagógica que permite à escola assumir mudanças

produzidas pelo desenvolvimento da comunicação. Vale ressaltar que vários assuntos que estão na pauta da mídia tornam-se, no dia posterior, temas de debates em sala de aula.

A formação de cidadãos, atributo da escola, passa hoje obrigatoriamente pela habilitação do cidadão para ler os meios de comunicação, sabendo desvelar os implícitos que a edição esconde; sendo capaz de diferenciar, entre os valores dos produtores dos meios, aqueles que estão mais de acordo com a identidade de sua nação; reconhecendo os posicionamentos ideológicos de manutenção do *status quo* ou de construção de uma variável histórica mais justa e igualitária. E, para isso, a escola não pode esquecer-se do ecossistema comunicativo no qual vivem os alunos. Ou seja, ou a escola colabora para democratizar o acesso permanente a esse ecossistema comunicativo ou continuará a operar no sentido da exclusão, tornando maiores os abismos existentes (Baccega, 2003, p. 81).

Qual seria, então, o papel da escola na formação do leitor? É possível aprender a ler criticamente a mídia no ambiente escolar? Para ambas as perguntas, a resposta é positiva na medida em que o Governo Federal entendeu a importância em trazer os meios de comunicação para dentro da escola e contemplou milhares de crianças e jovens através das atividades do Programa Mais Educação.

Os dados disponibilizados pela figura 1 demonstram que a escola tem o papel de formar leitores ativos e, conseqüentemente, críticos. E isso está sendo possível através das atividades do PME. Entre elas, o Jornal Escolar é a segunda atividade mais escolhida pelas escolas e alunos no território nacional em 2013, perdendo somente para o rádio.

Resta-nos saber, se essa pequena diferença, - rádio escolar 39% e jornal escolar 35% continuará a ocorrer em 2014. O que podemos afirmar é que o jornal escolar é uma experiência de vida para quem participa, pois se mobiliza para comunicar-se. E nesse processo desenvolve seu julgamento e criatividade, construindo sua autonomia (ação), pretensão dos estudos na interface comunicação X educação e também do Programa Federal Mais Educação.

REFERÊNCIAS

BACCEGA, Maria Aparecida. **Televisão e escola: uma mediação possível?** São Paulo: SENAC, 2003.

FREINET, Célestin. **O Jornal Escolar**: Editora Estampa, 1974.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Manual Operacional de Educação Integral – exercício 2014**. Brasília: MEC, 2014.

MUSSAK, Eugênio. IN: **Revista Vida Simples**. Disponível em:
<http://vidasimples.abril.com.br/edicoes/010/04.shtml> Acesso em: 14 de Julho de 2014, 09:15

PRÓSPERO, Daniele. **Educomunicação e políticas públicas: os desafios e as contribuições para o Programa Mais Educação**. São Paulo, 2013.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação – contribuições para a reforma do Ensino Médio**. São Paulo: Paulinas, 2011.